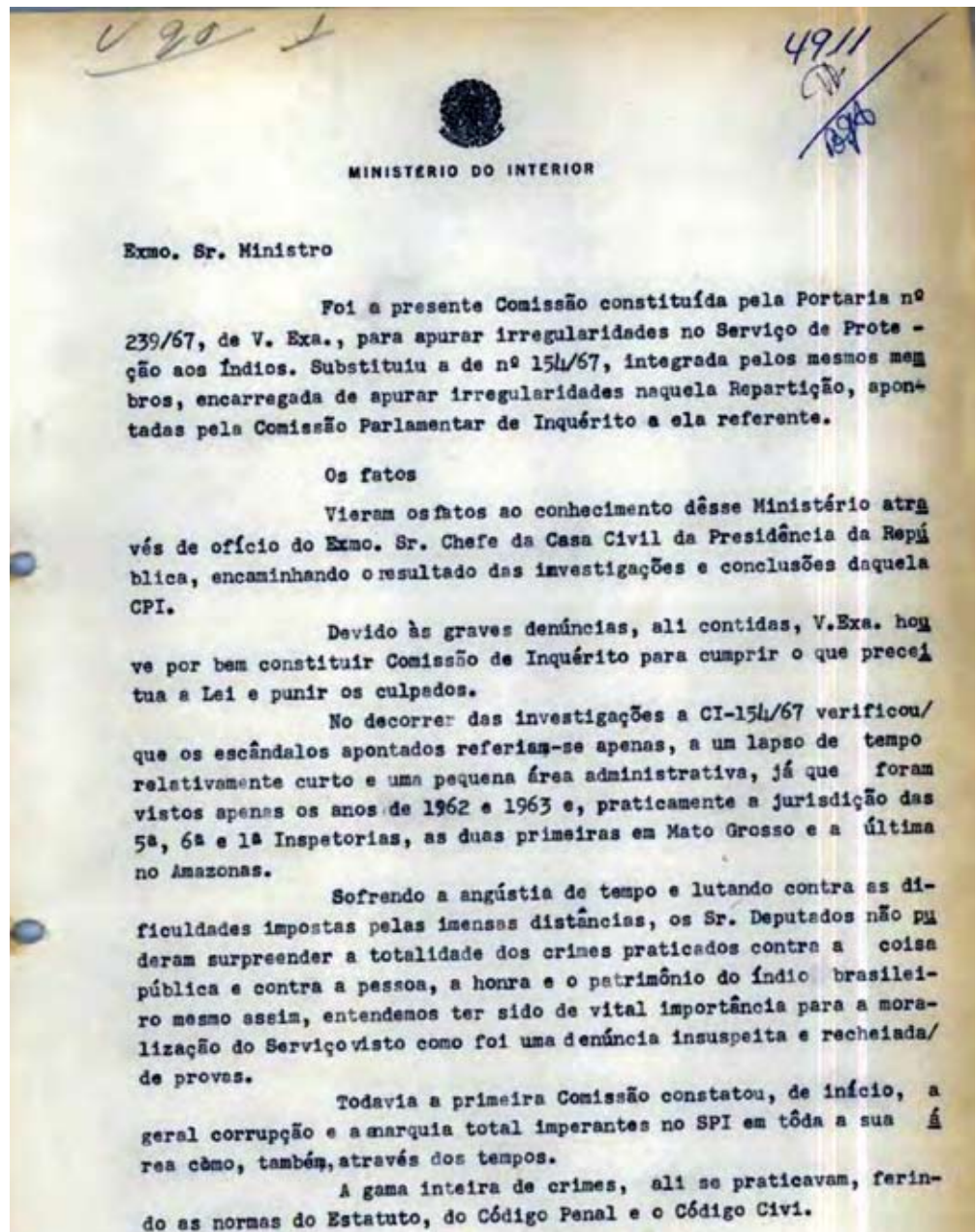


# POVOS INDÍGENAS FORAM VÍTIMAS DE GENOCÍDIO NA DITADURA MILITAR

Daniela Alarcon  
Jornalista

*Embora as situações dos Guarani e Kaiowa e de outros povos fossem reiteradamente denunciadas pelo movimento indígena, por antropólogos e indigenistas, o contexto de violação sistemática dos direitos indígenas durante o regime militar era praticamente desconhecido pela maior parte da sociedade. A inclusão da temática no rol de questões tratadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) deslindou um cenário de horror. A comissão estimou que ao menos 8.350 indígenas foram mortos no período 1946-1988 por ação direta ou omissão de agentes do Estado*



Os pistoleiros e os policiais militares chegaram com caminhões e tratores, cercaram as casas e ordenaram que todos subissem nas carrocerias. Deram tiros e desferiram chutes. Silvio Benites teve a perna fraturada, ao passo que seu irmão foi jogado na carroceria de um dos caminhões, desmaiado, após terem fraturado sua costela. Enquanto isso, casas e roças eram derrubadas e incineradas.

A ação de despejo realizada em março de 1985 no *tekoha* Jaguapiré, área tradicionalmente ocupada por indígenas Guarani e Kaiowa, no município de Tacuru (Mato Grosso do Sul), é um dos numerosos casos de violação dos direitos dos povos indígenas documentados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em dezembro de 2014. Não era a primeira vez que as famílias eram obrigadas a deixar a terra onde estavam enterrados seus antepassados: havia décadas que os expulsavam dali, mas eles retornavam sempre.

Amarrados, os indígenas foram levados até a entrada da reserva Sassoró, a cerca de 30 km do *tekoha*, para onde voltaram dias depois, a pé. Apenas em 1992 a Terra Indígena Jaguapiré seria demarcada, abarcando somente 2,3 mil ha.

“Eu era jovem ainda, quando aconteceu esse ataque, bem no final da Ditadura”, lembra Tônico Benites, doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em sua tese de doutorado, Tônico registrou as memórias de seus parentes sobre a violência dos *karai* (não índios), focalizando o confinamento dos indígenas em diminutas reservas, criadas com o intuito de permi-

tir o avanço da fronteira agrícola. Ainda que seu pai fosse originário de Jaguapiré, Tônico nasceu junto ao posto indígena Sassoró, na esteira de uma expulsão. Considerar a política de remoção dos Guarani e Kaiowa de suas terras ao longo do século 20, efetivada com a participação direta do Estado, é a chave para compreender a dramática situação vivida pelos indígenas nos dias de hoje.

O relatório da CNV registra que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967 para substituir o primeiro, disponibilizaram veículos, funcionários e gêneros alimentícios para os deslocamentos forçados, em estreita colaboração com fazendeiros e autoridades locais. Em ao menos um caso os custos da ação foram pagos com a renda obtida do trabalho dos próprios indígenas. Não se conhece o número total de indígenas mortos nas ações de expulsão, em decorrência das péssimas condições de vida nas reservas — onde eram submetidos inclusive a tortura, por determinação de funcionários do órgão indigenista oficial — e tampouco no exaustivo retorno às terras tradicionalmente ocupadas, em jornadas que podiam se estender por centenas de quilômetros.

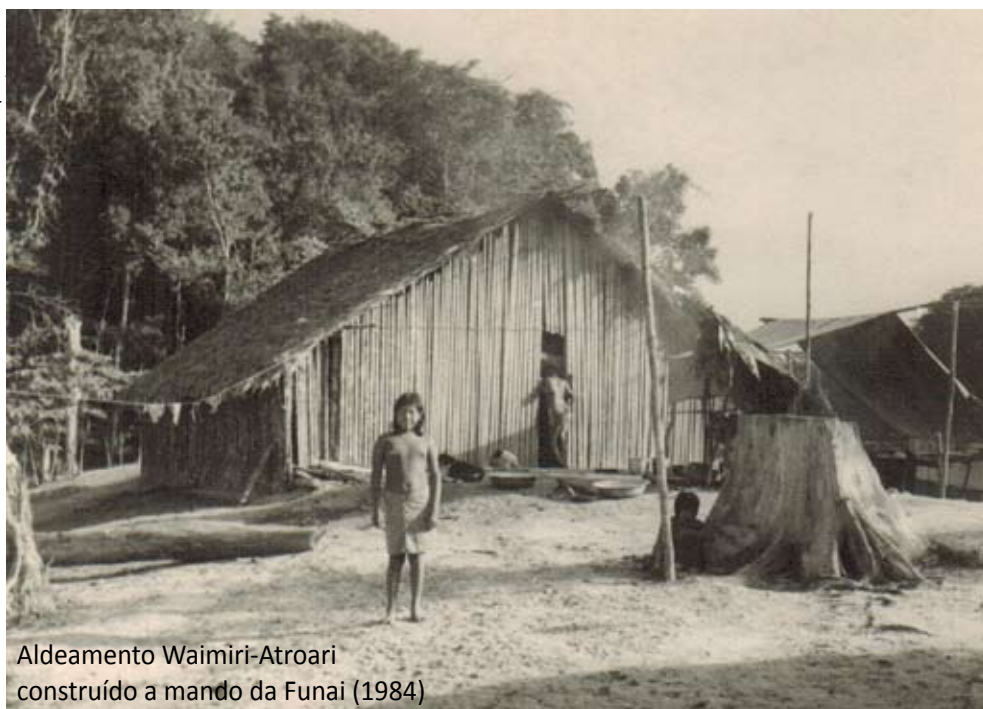
“O trabalho da CNV foi importante para esclarecer o que aconteceu com os Guarani e Kaiowa, mas foi um levantamento inicial”, analisa Tônico. “Muitas pessoas morreram em decorrência da expulsão e outras sofreram violência de outra ordem. É preciso recuperar essa memória. Todas as comunidades que foram expulsas deveriam receber uma reparação. Eu defendo que as terras demandadas têm que ser regularizadas imediatamente, para se

fazer justiça. Eu luto para isto: para que o indígena tenha ocasião de viver de modo mais digno, ter seu espaço, seus projetos próprios, seus direitos”.

No Mato Grosso do Sul, continua ele, é muito visível que as táticas de retirada usadas na Ditadura apenas se atualizaram. “As ameaças, a intimidação, a criminalização, os cercos com pessoas armadas: tudo isso continua. Os poderes locais continuam com anti-indígenas, com famílias que sempre maltrataram os indígenas. Várias comunidades que saíram do confinamento das reservas e lutaram por um pedaço de terra voltam a sofrer confinamento, à beira da estrada e em acampamentos, porque a demarcação não sai.”

**Sucessivos massacres teriam ceifado 3.500 indígenas do povo Cinta Larga, que habita Mato Grosso e Rondônia, e 2.650 Waimiri-Atroari, em Amazonas e Roraima. Estão documentadas no relatório da CNV ocorrências de punições físicas, estupro e encarceramento**

Embora as situações dos Guarani e Kaiowa e de outros povos fossem reiteradamente denunciadas pelo movimento indígena, por antropólogos e indigenistas, ocupando ocasionalmente as páginas dos jornais, o contexto de violação sistemática dos direitos indígenas conformado durante a Ditadura



Aldeamento Waimiri-Atroari  
construído a mando da Funai (1984)



Posto Indígena Terraplenagem  
(rodovia BR 174), RR (1984)



Liderança Waimiri-Atroari  
em aldeamento no AM (1984)

Militar era praticamente desconhecido pela maior parte da sociedade. A inclusão da temática no rol de questões tratadas pela CNV, fruto da pressão do movimento indígena, deslindou um cenário de horror. A comissão estimou que ao menos 8.350 indígenas foram mortos no período investigado (1946-1988) por ação direta ou omissão de agentes do Estado, ressaltando que o número real de vítimas deve ser “exponencialmente maior”.

Sucessivos massacres teriam ceifado 3.500 indígenas do povo Matetamãe (Cinta Larga), que habita os estados de Mato Grosso e Rondônia. Entre os Kiña (Waimiri-Atroari), que vivem em Amazonas e Roraima, os mortos chegariam a 2.650. Além de esbulho e massacres, o relatório documenta uma ampla gama de maus-tratos infligidos a indígenas de todo o país, incluindo ameaças, punições físicas, trabalho forçado, estupro e

encarceramento. E conclui: “Com exceção de alguns casos esparsos, justiça não foi feita”.

A política indigenista da Ditadura estava submetida a uma estratégia de “desenvolvimento” pautada na exploração de recursos naturais (minerários, florestais e agrícolas) e na implantação de projetos de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e barragens, sobretudo na esteira do Plano de Integração Nacional (PIN), decretado em 1970. A galeria de presidentes da Funai do período materializa o mote “segurança e desenvolvimento”. Dos nove titulares da instituição, cinco eram membros das forças de repressão, com passagens por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN), e um era engenheiro e ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Em 1973, a promulgação do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001) fixou a “integração” dos povos indígenas como foco da política indigenista, permitindo remoção por questões de “segurança nacional” e para a realização de obras públicas.

Data dos anos 1970 a construção de rodovias como Transamazônica (BR-230), Santarém-Cuiabá (BR-165), Manaus-Boa Vista (BR-174) e Xavantina-Cachimbo (BR-080), e de barragens como Itaipu e Tucuruí, que impactaram severamente numerosos povos indígenas. A Funai

chegou a firmar um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a “pacificação de 30 grupos indígenas arredios” que viviam ao longo da Transamazônica. A atração de povos em isolamento teve efeitos nefastos, provocando aguda queda populacional. Os Parakanã, por exemplo, que hoje vivem no Parque Indígena do Xingu, foram removidos cinco vezes entre 1971 e 1977. “Os índios não podem impedir a passagem do progresso”, declarou o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em 1976. “Dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil”, vaticinou.

Diferentes dispositivos foram implementados para desarticular e reprimir os indígenas. Em 1969, criou-se a Guarda Rural Indígena (GRIN), para a qual foram recrutados indígenas de diferentes povos, que deveriam atuar militarmente em seus territórios. Em 2012, veio à luz um filme de Jesco von Puttkamer registrando a formatura da primeira turma da GRIN, realizada em Belo Horizonte, em 1970. As imagens mostram indígenas uniformizados carregando um homem pendurado em um pau-de-arara. Nos anos subsequentes, abundariam denúncias sobre a violência perpetrada pelos membros da GRIN, incluindo espancamentos e estupros. Entre 1972 e 1974, os Aikewara (Suruí), que habitam o sul do Pará, foram recrutados à força para participar da repressão à Guerrilha do Araguaia.

Também em 1969, foi estabelecido o Reformatório Krenak, uma colônia penal e de trabalhos forçados em pleno território Krenak, no município de Resplendor (Minas

Gerais). Eram enviados ao reformatório indígenas sobre os quais pesavam acusações como “vadiagem”, “saída da aldeia sem autorização”, “relações sexuais indevidas” e “problemas mentais”. Sob o comando de Manoel dos Santos Pinheiro, da Polícia Militar de Minas Gerais, o reformatório recebeu oficialmente, entre 1969 e 1972, 121 indígenas de mais de 20 etnias, mas o número de presos pode ser maior. Ali, os indígenas eram surrados, confinados em solitárias e privados de alimentação. Alguns desapareceram. Os Krenak, por sua vez, eram obrigados a viver sob as mesmas condições. Em 1972, o presídio indígena e os Krenak foram removidos para a fazenda Guarani, no município de Carmésia (Minas Gerais).

### **Localizado em 2013 no arquivo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por Marcelo Zelic, do Grupo Tortura Nunca Mais de SP, o Relatório Figueiredo descreve crimes praticados contra os povos indígenas nas décadas de 1930-1960, sob a égide do antigo SPI**

Algumas práticas que se cristalizaram durante a Ditadura Militar deitavam raízes nas décadas anteriores. Há registros que remontam à década de 1930 da manutenção, pelo SPI, de presídios indígenas irregula-

res. Numerosas denúncias a respeito de tais presídios e de outras violações estão plasmadas no Relatório Figueiredo. Durante décadas, acreditou-se que esse importantíssimo documento houvesse desaparecido, contudo, em 2013 ele foi localizado no arquivo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Um achado notável, como se verá.

Em julho de 1967, o Ministério do Interior constituiu uma comissão de inquérito administrativa, presidida por Jäder de Figueiredo Correia, procurador do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), com o intuito de apurar “irregularidades” no SPI. Já desde o início da década de 1950 circulavam denúncias sobre a conduta de funcionários do SPI, o que ensejou o estabelecimento de inquéritos administrativos e, em 1963, de uma comissão parlamentar de inquérito, cujas descobertas serviriam de ponto de partida para a equipe coordenada por Figueiredo. Afetado pela repercussão negativa, o órgão terminou extinto ainda no final de 1967, substituído pela Funai.

Os trabalhos da comissão presidida por Figueiredo deram origem a um volumoso relatório, com acusações e provas contra mais de uma centena de funcionários e familiares de funcionários do SPI. Eram histórias como a de Rosa, indígena de onze anos entregue por um funcionário do SPI a um fazendeiro, em troca de um fogão. Delineava-se um quadro de sistemática colaboração entre funcionários e agentes privados (fazendeiros, seringalistas, madeireiras e mineradoras, entre outros) no saqueio dos



Guaranis preparam enterro de Teodoro Ricarte na Terra Indígena Guarani Kaiowá Ypo'i (MS). Em 27 de setembro de 2011 ele foi assassinado por pistoleiros de uma fazenda

grupo debruçou-se inicialmente sobre dois casos: o Reformatório Krenak e as violações perpetradas contra os Waimiri-Atroari.

Em março de 2015, foi proposta uma ação civil pública com pedido liminar requerendo a anistia política do povo Krenak; em dezembro do mes-

mo ano, uma ação com pedido de antecipação de tutela, demandando a condenação dos responsáveis pelo funcionamento do reformatório, a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Krenak, o estabelecimento de um centro de memória e a inclusão no conteúdo programático dos ensinamentos fundamental e médio do estudo das violações aos direitos indígenas durante a Ditadura, entre outras ações reparatórias. A programação para o próximo período prevê o ajuizamento de uma ação relativa aos Waimiri-Atroari e o estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil e com pesquisadores acadêmicos, com o intuito de levantar subsídios para a proposição de ações referentes aos casos Guarani e Kaiowa, do oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul. “É preciso estabelecer medidas de não repetição, no campo da responsabilidade civil”, observa Araújo Junior, “sem perder de vista que a questão que mais pesa como reparação, a mais urgente, é a demarcação da terra”.

territórios indígenas e na exploração da força de trabalho nativa. Tornadas públicas oficialmente em março de 1968, em uma entrevista coletiva concedida pelo ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, as conclusões da comissão despertaram também a atenção da imprensa internacional, assim como de diferentes entidades e sociedades científicas, e atraíram observadores estrangeiros ao Brasil. “Um verdadeiro genocídio”, estampou *Le Monde*, em 16 de março. Cinco dias depois, *The New York Times* publicou reportagem na primeira página, destacando o envolvimento de autoridades de alto escalão, como um presidente do SPI, dois generais e um ex-governador.

No relatório final da CNV, no que diz respeito aos povos indígenas, constam 13 recomendações ao Estado brasileiro, tendo por horizonte a instauração de um “processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos”. Entre elas, figuram um pedido público de desculpas, a instalação de uma Comissão Nacional Indígena

da Verdade, a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Justiça para organizar a instrução de processos de anistia e reparação a indígenas, e a demarcação das terras indígenas, entendida como “a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV”. Até agora, nenhuma dessas medidas foi adiante.

Em fevereiro de 2013, no marco da movimentação em torno da CNV, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) estabeleceu um grupo de trabalho para apurar violações contra povos indígenas levadas a cabo durante a Ditadura, considerando suas repercussões contemporâneas, em especial, nos direitos territoriais. Como explica o coordenador do GT Violações dos Direitos dos Povos Indígenas e Regime Militar, o procurador da República Júlio José Araújo Junior, além de apoiar a atuação dos procuradores que já vinham se dedicando a situações específicas, o

**“Por que os não índios mataram a nossa gente?”  
A recorrente pergunta dos índios Waimiri-Atroari calou fundo no espírito de Egydio Schwade, defensor da causa indígena e coautor de um livro sobre o genocídio dessa etnia**



Restos da munição de grosso calibre empregada na execução do líder Teodoro Ricarte

Em 1983, o antropólogo Stephen Baines recenseou o povo Kiña (Waimiri-Atroari), cujo território se estende pelos estados do Amazonas e de Roraima: eram, no total, 332 pessoas, das quais 216 tinham menos de 20 anos de idade. Levantamento anterior, realizado pela Funai em 1972, contabilizara cerca de 3 mil indígenas. Segundo estimativas do relatório final da CNV, 2.650 pessoas da etnia Waimiri-Atroari foram mortas durante o regime militar, em decorrência de ações diretas e indiretas de agentes governamentais. O genocídio foi perpetrado para abrir o território Waimiri-Atroari a três projetos de “desenvolvimento”: a construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista), levada a cabo entre 1967 e 1977; a exploração de jazidas pela Mineração Taboca (Grupo Parapanema), de 1979 a 1988; e a construção da usina hidrelétrica de Balbina, entre 1981 e 1989.

Ao tempo em que a imprensa alimentava o imaginário em torno da “selvageria” dos Waimiri-Atroari, os indígenas eram atacados militar-

mente por ar e por terra. O esbulho do território Waimiri-Atroari foi operado por uma articulação entre a Funai, o DNER, o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), a Aeronáutica e o Exército. Há registros ainda da atuação de uma empresa paramilitar, contratada pelo Grupo Parapanema para “limpar” a floresta. Em 1974, um funcionário da Funai tomou uma fotografia aérea de uma aldeia em chamas. Ainda que a Funai e o Exército tenham declarado à imprensa que os indígenas foram responsáveis pelo incêndio, há indícios de que pode ter se tratado de uma ação da Aeronáutica.

Em 6 de janeiro de 1975, *O Globo* publicava a seguinte manchete: “Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris”. Quinze dias depois, o comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (6º BEC), coronel José Tarcísio Cartaxo Arruda, declarou ao *Estado de S. Paulo*: “A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar”. Os indígenas que não foram exterminados pelas

armas tombaram com as epidemias trazidas pela rodovia.

Detalhados relatos indígenas e documentos oficiais que possibilitam reconstruir o genocídio foram compilados em relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, coordenado por Egydio Schwade e Wilson Braga Reis. Em 2015, o informe foi publicado como livro, intitulado *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña?*. Ou seja: “Por que os não índios mataram a nossa gente?”

Tal pergunta foi dirigida aos missionários Egydio e Doroti Schwade, de forma recorrente, no intervalo de 1985 a 1986, quando ambos viveram em uma aldeia Waimiri-Atroari, desenvolvendo um projeto de alfabetização na língua indígena. A não ser por duas irmãs, todos os moradores da aldeia com mais de quatro anos de idade eram órfãos. “Nossos pais imaginavam que *kamña* iria colocar toda a nossa floresta de raízes para cima”, disseram-lhes alguns deles. “O que é que civilizado joga de avião e que queima o corpo da gente por



Menina da etnia Aikewara

dentro?”, perguntou-lhes outro. No convívio, emergiam histórias dolorosas, listas com dezenas de parentes assassinados em um só dia e desenhos representando cenas do massacre.

Eles relataram, por exemplo, um ataque aéreo ocorrido em 1974, durante uma festa tradicional na aldeia Kramna Mudî. Muitos parentes já haviam chegado, vindos de diferentes aldeias, quando se ouviu o ruído de um avião. Os indígenas saíram da maloca, para ver do que se tratava, e uma substância foi despejada sobre eles. Quando a última leva de visitantes chegou, encontrou todos os parentes mortos, exceto um, que não fora atingido pelo produto lançado do avião (“agente laranja”?) e presenciara tudo. Eles se lembravam também de Takwa, chefe de uma aldeia situada bem no traçado da BR-174. Takwa

procurou os militares, com o intuito de trocar presentes. Foi recebido com uma bala, que lhe atravessou o queixo e saiu pela boca. Mesmo havendo fugido, com toda sua comunidade, e erguido uma nova aldeia, mais distante, terminou assassinado tempos depois, em um ataque de helicóptero.

Maiká, pajé e cantor, “não conseguindo deter aqueles homens e suas máquinas e não sabendo o rumo e nem o objetivo daquela gente agressiva, foi reconstruindo a sua aldeia, sempre de novo sobre o futuro leito da estrada”, descreve Egidio Schwade, com base no que lhe contaram os indígenas. Foi morto por volta de 1972, também atacado por um helicóptero. “O que consta no relatório da CNV é o que os índios nos revelaram na escola em Yawara. Foi o desencadear de um processo que precisa

ser levado adiante. Deveriam, por exemplo, fazer perícias nas áreas onde caíram as bombas — os indígenas sabem onde são os locais”, observa Schwade.

Mesmo que o Brasil tenha sido condenado pelo IV Tribunal Bertrand Russel (1982) pelos crimes contra os Waimiri-Atroari, os indígenas nunca receberam qualquer reparação. Pesquisadores e indigenistas que denunciaram o genocídio foram alvo de campanhas difamatórias na imprensa e de

perseguição por parte do Estado. Ao longo dos anos, vastas porções foram subtraídas à Terra Indígena Waimiri-Atroari. Só a barragem de Balbina, tristemente notória pelos graves impactos socioambientais e, ao mesmo tempo, pela ineficiência na produção energética, inundou cerca de 30 mil hectares do território indígena.

Um estudo da Funai de 1981, citado no relatório da CNV, revela que o governo do Amazonas já havia emitido, até então, 338 títulos de propriedade no interior da área indígena, no esquema que se tornou conhecido como “grilagem paulista”, devido à origem dos beneficiados. Além disso, atividades agropecuárias no território indígena receberam financiamento público. “Até hoje seguem saqueando a área que foi desmembrada do território Waimiri-Atroari para a minera-

ção”, denuncia Schwade. “Da minha casa eu vejo as caçambas vindo de lá carregadas de minério, um bocado delas”. Desde 1987, a política indigenista oficial voltada aos Waimiri-Atroari não é gerida pela Funai, mas pelo Programa Waimiri-Atroari (PWA), criado pela Eletronorte, constituindo um caso reiteradamente denunciado de indigenismo empresarial.

**“Não era dessa maneira triste e feia que nós gostaríamos de fazer parte da história do nosso país”, dizem os Suruí. O que aquelas pessoas haviam feito, para serem caçadas como animais pelo Exército?**

Quando o *marehai'tuó* (Exército) invadiu a aldeia, lembram os velhos, foi grande o medo da morte. Os homens foram obrigados a guiar os *marehai* mata adentro, servindo de escudo humano. Passaram fome intensa, sede e frio, proibidos de fazer fogo, forçados a comer carne crua e dormir ao relento, no chão encharcado, em tempo de chuvas. Viram coisas feias. Tiveram que carregar corpos. As rajadas de metralhadora e o frio deixaram Marrari surdo e com tuberculose crônica. Massara passou a ter alucinações. O que aquelas pessoas haviam feito, para serem caçadas como animais? Na aldeia, as casas e a colheita ardiavam, queimadas pelos *marehai*. Era preciso abafar o choro dos bebês, pois os *marehai* diziam que, se não se calassem,



Ancião da etnia Aikewara (Suruí)

matariam todos. Algumas mulheres tiveram abortos espontâneos e recém-nascidos morreram de desnutrição. Ninguém sabia se os parentes arrancados da aldeia retornariam.

Entre 1972 e 1974, o povo Aikewara (Suruí), que habita o sudeste do Pará, teve seu território ocupado pelas forças de repressão mobilizadas contra a Guerrilha do Araguaia. Tratava-se de um povo de contato recente. À época, os Aikewara estavam reduzidos a cerca de 40 pessoas, traumatizadas por conflitos com outros grupos indígenas, seringueiros e garimpeiros, pela gripe e pelo sarampo. O relatório final da CNV documenta que todos os homens adultos foram recrutados à força para combater a guerrilha, com o aval da Funai, ao passo que as mulheres, crianças e velhos foram mantidos reféns, vigiados ininterruptamente e impedidos de ir às roças, caçar e pescar. No período, os indígenas presenciaram torturas infligidas a camponeses e sepultamentos clandestinos à beira da rodovia Operacional 2 (hoje, BR-153), aberta pelos militares no território indígena. No rastro da estrada, vieram mais garimpeiros, castanheiros, grileiros, incêndios e atropelamentos.



Jovem Aikewara com pintura e adereços característicos

Não bastasse o terror vivido nas mãos dos militares, os Aikewara foram taxados de colaboracionistas e “cortadores de cabeça”. Hoje se sabe que o corte de cabeças foi uma prática implementada pelos militares para facilitar a posterior identificação dos guerrilheiros assassinados. Mas o estigma lançado contra os indígenas — posto em circulação já nas primeiras reportagens





Os Aikewara guardam amargas memórias do período em que foram recrutados à força pelos militares



Não há mais como ensinar olaria às crianças, diz antropólogo autor destas fotos

sobre a guerrilha, ainda na década de 1970 — continua em voga. Num texto do jornalista Lucas Figueiredo publicado na revista *GQ*, em 2011, os Aikewara são referidos como “mercenários” e “máquinas de caçar e matar homens”.

Em 13 de maio de 2014, os indígenas entregaram à comissão um relatório intitulado *O tempo de guerra: os Aikewara e a guerrilha do Araguaia* (no prelo), elaborado pelos antropólogos Iara Ferraz e Orlando Calheiros, e por Tiapé Suruí e Ywynuhu Suruí. “Não era dessa maneira triste e feia que nós gostaríamos de fazer parte da história do nosso país”, escreveram os Aikewara em carta à CNV. Em 19 de setembro do mesmo ano, quatorze Aikewara foram reconhecidos como anistiados políticos, recebendo reparações financeiras. Na ocasião, a Comissão de Anistia, em nome do Estado brasileiro, pediu desculpas ao povo Aikewara.

Antes disso, apenas um indígena havia sido contemplado pela Lei de Anistia, Tiuré Potiguara (José Humberto Costa do Nascimento), em 2013.

“Essa reparação não é o que nós esperávamos, porque foi individual e nós queríamos coletiva”, observou, porém, Tiapé Suruí, no seminário “História do ponto de vista indígena”, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em setembro de 2015. “Nossa ideia de reparação coletiva é nossa própria terra.”

A Terra Indígena Sororó, onde vivem os Aikewara, hoje em torno de 400 pessoas, foi demarcada em 1983, abrangendo porções dos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia. Com cerca de 26,2 mil hectares de extensão, a área não inclui parcelas fundamentais do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas, como aldeias velhas, cemitérios, castanhais, áreas de caça e depósitos de argila. Por isso, desde a década de 1980, os indígenas pleiteiam sua ampliação. Ainda que o reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas figure entre as recomendações da CNV como “a mais fundamental forma

de reparação coletiva” a que têm direito os povos afetados pela Ditadura, segue inconcluso o processo de demarcação da Terra Indígena Tuwa Apekuokawera, área com cerca de 11,7 mil hectares contígua à Sororó.

Como enfatiza o antropólogo Calheiros, pôr fim às violações contra os Aikewara condiciona-se à recomposição do território tradicional, já que os indígenas foram sub-

metidos a deslocamento forçado. “Os Aikewara eram caçadores de várzea. A olaria era uma parte fundamental da cultura, especialmente do xamanismo feminino. Hoje em dia, eles não têm acesso ao barro, não têm mais acesso a rio, e, por causa disso, não há mais mulheres xamãs. Os mais velhos falam a esse respeito, mas não há mais como ensinar as crianças. Vão ensinar com o quê, com lama? Isso foi uma das coisas perdidas por eles e tem a ver com a Ditadura. A terra dos Aikewara foi ocupada pelos militares, repartida e entregue a pequenos proprietários. Depois, vieram os grandes proprietários e o modelo de fazenda.”

Na avaliação do coautor de *O tempo de guerra: os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*, ainda que a anistia dos membros da etnia seja um marco e abra precedente para outros povos, o caso evidencia as limitações da justiça de transição brasileira e a necessidade de se estabelecer mecanismos para reparar as populações indígenas em sua especificidade étnica.